



Presidente p.5

Pedro Passos Coelho desafia o Governo a aceitar propostas do PSD



PSD p.11

“Um Orçamento a pensar em eleições”

POVO LIVRE



n.º 1945

23 de novembro de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

GOVERNO PREPARA-SE PARA FAZER CAMPANHA PARTIDÁRIA



O Presidente do PSD participou num jantar de homenagem a antigos autarcas em Vila Real



Estratégia nacional para o mar

Portugal tem uma das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) mais extensas do mundo. A ligação do nosso país ao mar é histórica. É próximo da costa portuguesa onde circula uma parcela significativa do comércio mundial. No entanto, o mar em Portugal representa apenas 2% da riqueza nacional. Por estas razões, o presidente do PSD defende uma estratégia nacional para o mar e preconiza a ideia de se encontrarem parceiros que ajudem Portugal a transformar os conhecimentos que já tem em algo materialmente útil para a economia. “Esta é daquelas áreas que, independentemente dos Governos que estão em exercício, uma estratégia nacional é requerida”, afirmou o líder social-democrata, no final de uma visita à Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, em Paço de Arcos, no concelho de Oeiras, dia 16.

Sublinhando que o mar é um dos principais recursos de Portugal, Passos Coelho reconheceu que hoje ainda não é utilizado de uma forma tão intensa como poderá acontecer no futuro, exigindo-se para isso um maior investimento em investigação. Um “cluster” do mar com muitas atividades “vão ter no futuro uma importância decisiva” ao gerar investimento, criar postos de trabalho e contribuir para a riqueza do país.

“Antes de podermos utilizar bem esses recursos é preciso saber bem que recursos são, que melhores utilizações podem vir a ter”, defendeu, considerando que as competências que já foram acumuladas ao longo dos anos deviam ter “sinergias maiores” com as universidades e os centros de investigação.

Além disso, acrescentou, uma vez que Portugal é “uma nação marítima”, devia existir um maior contacto com países que têm a mesma “afinidade com o mar” para se desenvolver “a capacidade de transformar o conhecimento em alguma coisa que seja materialmente útil para as pessoas e para a economia”.

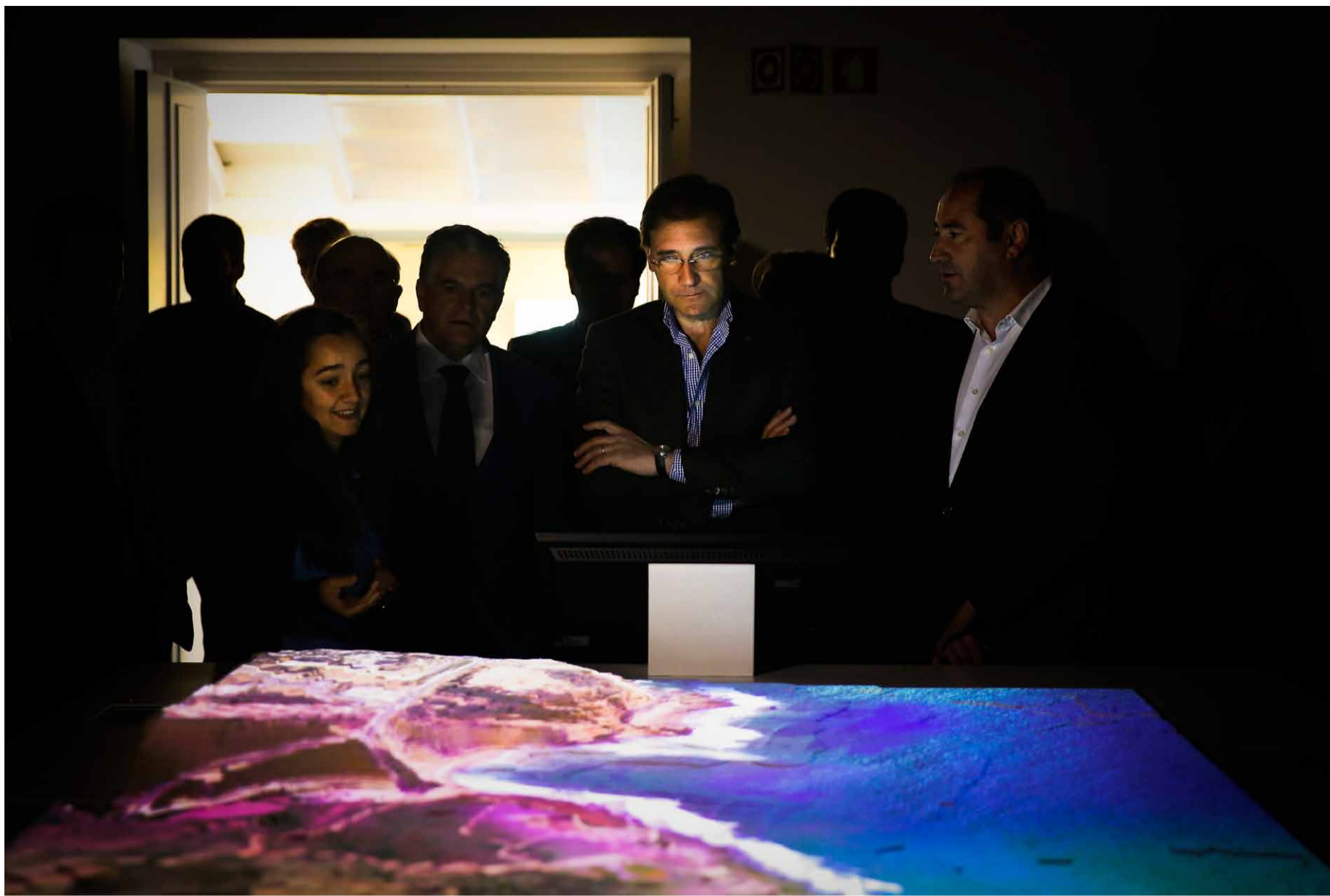
“Não temos os recursos que cheguem para fazer-



mos isto sozinhos, são precisos parceiros e é preciso ir à procura deles”, frisou.

Por outro lado, referiu ainda o líder do PSD, é necessária a ajuda da estrutura diplomática para que se possa concluir o trabalho junto das Nações Unidas para reconhecer uma maior extensão da plataforma continental portuguesa.

Lembrando que Portugal tem uma das 10 maiores zonas económicas marítimas do mundo, defendeu que Portugal deve “apostar no cluster do mar”, ao considerar que muitas atividades ligadas ao mar “vão ter no futuro uma importância decisiva” ao gerar investimento, criar postos de trabalho e contribuir para a riqueza do país.



Na Ericeira, ao final da tarde de quarta-feira, Passos Coelho visitou uma incubadora de negócios ligados ao mar, onde existem 31 projetos de trabalho e 38 postos de trabalho criados, o Centro Interpretativo da Reserva Mundial de Surf, uma loja de venda de material para desportistas das ondas e a praia de Ribeira d’Ilhas.

Autarquias podem prestar melhores serviços

A transferência de mais competências para as autarquias poderá representar a prestação de um melhor serviço aos cidadãos a mais baixo custo, nomeadamente nas áreas da educação e da saúde. Essa é a convicção do presidente do PSD, sublinhando que a transferência de mais competências deverá de ser acompanhada pelo envelope financeiro “adequado para realizar essas competências”.

“Achamos que há a possibilidade da administração local e as formas de organização da administração local, como são as comunidades intermunicipais poderem receber competências da administração central e poderem entregar aos cidadãos um melhor serviço a um custo mais baixo do que aquele que se consegue à escala nacional”, afirmou Pedro Passos Coelho, em declarações aos jornalistas no final de uma visita à Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, em Paço de Arcos, Oeiras.

De acordo com Passos Coelho, um dos “três blocos” de propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2017 que os sociais-democratas vão apresentar está precisamente relacionado com o “processo de descentralização”.

“Isso não significa mais despesa pública, nem mais impostos, significa redistribuir aquilo que existe”, sublinhou Passos Coelho, insistindo que as autarquias têm uma maior proximidade às pessoas e podem prestar um bom serviço na área da saúde, nomeadamente

nos cuidados de saúde primários, na área da educação estendendo a cooperação que já existe ao terceiro ciclo do ensino básico e ao secundário, e até nas áreas do apoio social e da cultura.

“Isso exigirá que o Estado transfira uma parte dos recursos que utiliza para prestar hoje esses serviços para as instituições que os irão prestar, neste caso para as autarquias ou para a comunidades intermunicipais”, frisou.

Além deste “bloco de propostas”, adiantou o líder do PSD, serão apresentadas propostas no domínio da atração do investimento e um outro bloco que tem que ver com a sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social, quer dos sistemas de pensões, quer com aquilo que está relacionado com o apoio social.

O presidente do PSD assinalou na quarta-feira, 16 de novembro, o Dia Nacional do Mar, com uma agenda preenchida de visitas e contactos com este sector.





Não deitar foguetes antes de tempo

O líder do PSD reconheceu que os dados que apontam para um crescimento da economia no terceiro trimestre são bons indicadores, mas sublinhou que não se deve “deitar foguetes antes do tempo”. “Não podemos senão mostrar satisfação quando as coisas correm melhor do que aquilo que se esperava”, assinalou.

Segundo a estimativa rápida do organismo de estatística português divulgada na terça-feira, a economia cresceu 1,6% no terceiro trimestre do ano em termos homólogos e 0,8% face ao trimestre anterior, acima das previsões dos analistas.

Para o INE, “o crescimento mais intenso do PIB [Produto Interno Bruto] refletiu principalmente o aumento do contributo da procura externa líquida, verificando-se uma aceleração mais expressiva das exportações de bens e serviços” face à das importações de bens e serviços, além do contributo da procura interna para a variação homóloga do PIB no terceiro trimestre, em resultado da “aceleração do consumo privado”.

Notando que os resultados alcançados devem-se no essencial a um desempenho melhor das exportações, por comparação com menos importações, Passos Coelho admitiu que isso “é bom” porque “o país só pode crescer sustentadamente para futuro se o fizer alavancado pelas exportações e não baseado no consumo interno, como o Governo defendia”.

“Estes números mostram que a economia no terceiro trimestre andou bastante melhor daquilo que era a expectativa e daquilo que resultaria da estratégia que o Governo decidiu”, disse, insistindo na nota de que Portugal está “a crescer por razões diversas daquelas que o Governo previu”.

Passos Coelho aconselhou, contudo, que não se deve “deitar foguetes antes de tempo”, defendendo que há que olhar com “um bocadinho de cuidado para ver o que é que está a fazer a economia crescer”, para aferir se é sustentável ou não.

O líder do PSD voltou ainda a sublinhar a necessidade existir investimento, porque para continuar a crescer isso é indispensável.

“Sem esse investimento o nosso crescimento pode ocasionalmente correr melhor em função, das decisões que tomamos, mas não é sustentado, pode não ficar para durar”, salientou.



III Academia do Poder Local

Pedro Passos Coelho desafia o Governo a aceitar propostas do PSD



Descentralização, segurança social e crescimento económico. Foram estas as áreas sobre as quais o Partido Social Democrata apresentou propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2017 e às Grandes Opções do Plano, e que foram explicitadas por Pedro Passos Coelho no encerramento da III Academia do Poder Local, domingo, 20 de novembro, na Guarda.

O presidente do PSD deixou o desafio: “É muito importante ver como a maioria e o Governo vão responder a estas propostas. Nós fizemos o nosso papel enquanto maior partido da oposição. Não entrámos no leilão do quem dá mais. A nossa política nunca foi dizer quanto pior melhor. A nossa política é propor o que é melhor para o futuro do país. Não nos demitimos de poder propor em termos estruturantes o que é decisivo para crescer mais no futuro”.

O líder social-democrata foi claro ao dizer que o PSD quer que o país possa crescer mais. Que o PSD não apresenta propostas para agradar ao governo e à maioria. Apresenta sim propostas que vão ao encontro das expectativas que quem votou no Partido Social Democrata. De quem quer mais crescimento e equidade, e uma sociedade mais justa.

Enquanto maior partido da oposição, o PSD não se demite do seu papel de fiscalização do governo. “Como é que fiscalizamos? Fazemo-lo de acordo com os nossos valores e os nossos princípios, que a cada dia que passa parecem ser diferentes dos desta maioria. Nós não tentamos, de forma populista, agradar ao maior número. Nós mantemos sempre o papel responsável de quem sabe



que pode voltar ao governo e não pode entrar em leilões. De acordo com os nossos valores, devemos denunciar os governos que partidarizam o Estado em função das suas decisões”, disse Pedro Passos Coelho.

Este Governo perdeu o sentido da decência democrática ao preparar benefícios sociais e aumentos com

propósitos eleitoralistas. O líder do PSD afirmou que “teria vergonha de ter este comportamento democrático. As pessoas percebem este jogo, mas a nossa função é denunciá-lo.”

Sempre com uma visão de futuro, o PSD continua a trabalhar para preparar reformas estruturais, não dei-

xando nunca de as propor. O Presidente do PSD afirmou que “queremos sempre mais dos resultados que formos capazes de alcançar.

O PSD não pode, como partido, ceder ao populismo, ao facilitismo, à demagogia e ao deixa andar. Exigimos responsabilidade de quem está nos lugares públicos, porque esses têm de defender a dignidade do Estado e o respeito pelos portugueses. Nós levamos sempre o país a sério e pusemos sempre Portugal à frente de tudo.”

Descentralização

“As eleições autárquicas serão no próximo ano e estou convencido que podem ocorrer num ciclo diferente em matéria de ambição no plano local”. Foi esta a certeza deixada pelo presidente do PSD, que anunciou que existe uma intenção clara do PSD em poder avançar durante o ano de 2017 para um conjunto de novas competências, que possam ser transferidas da Administração Central para o poder local, tendo-se preparado por isso um conjunto de propostas que foram entregues na Assembleia da República e que visam iniciar um trabalho que permita chegar às eleições e fazer coincidir a eleição dos novos autarcas com uma ambição nova em matéria de descentralização.

O líder social-democrata afirmou que “passados 40 anos do poder local, é tempo de dizer que temos uma democracia autárquica madura, e que podemos levar mais longe a forma como as nossas autarquias funcionam. Em certos domínios devemos aprofundar os contratos inter-administrativos que permitam que os municípios possam ter uma intervenção mais direta e estratégica”. Pedro Passos Coelho referia-se a matérias como os dos cuidados de saúde primários e o ensino básico e secundário. Estes assuntos podem não estar centrados nos Ministérios e devem passar para a esfera das autarquias. Não serão elas a definir o conjunto de parâmetros que devem ser observados. Os municípios, dentro do quadro legal estabelecido, podem exercer as melhores estratégias.

“Os municípios e as freguesias tiveram um papel relevantíssimo na transformação da realidade do país. Hoje, esta transformação pode dar um salto importantíssimo, se confiarmos na nossa estrutura do poder local. E eu confio que os nossos autarcas têm condições para retribuir a confiança do Estado e da Sociedade com um resultado que não sai mais caro e tem mais qualidade, com maior proximidade”, reiterou.

Segurança social e crescimento económico

O PSD apresentou também propostas importantes a olhar para a sustentabilidade da Segurança Social e do crescimento económico. O PSD quer avaliar se consegue ou não criar instrumentos que permitam crescer de forma mais forte e robusta e que permitam gerar confiança nos cidadãos nestas áreas, estruturantes para o futuro.



“Na segurança social, interessa criar mecanismos de maior transparência para que as pessoas saibam para onde vai o seu dinheiro e qual o futuro das suas contribuições, e em que medida a sua futura pensão vai estar devidamente assegurada. Devemos fazer transformações nos sistemas previdências que nos permitam ultrapassar os défices que hoje exibem. Todo o dinheiro que entra na Segurança Social não chega para pagar as pensões e o seguro social do sistema público”, afirmou o líder do PSD.

Referindo-se a números recentes, acrescentou ainda que “este ano, o Estado transferiu quase 600 milhões de euros dos impostos dos portugueses para a segurança social. Em nome da transparência, não era mau que o Estado explicasse estas contas. Para o ano, prevê-se que esse valor seja superior a 400 milhões de euros. Continua a estar em falta, portanto. Isto significa que alguma coisa de estrutural tem de se alterar para que não se diminuam os benefícios no futuro para que a Segurança Social tenha equilíbrio. O Governo lançou o novo imposto, o adicional ao IMI, e consigna essa receita à Segurança Social. Querem um reconhecimento mais claro de que há um problema estrutural na Segurança Social? O problema está em que o Governo, com isto, não impede o desequilíbrio, está sim a empurrar com a barriga.”

O investimento e o crescimento da economia são essenciais. As empresas que querem crescer têm de investir mais. Se o investimento continuar a faltar, o crescimento estará muito limitado, e aí menos receitas existirão para os municípios e para a administração central. Menos empregos serão gerados e menos remunerados.

Pedro Passos Coelho afirmou que “apesar de os números do último trimestre no crescimento da economia, o INE mostrou que esse crescimento não foi motivado pelo investimento, mas pelas exportações, mesmo que

essa não tenha sido a estratégia do governo. Mas ainda bem que assim foi, que nós precisamos de crescer. Mas precisamos de investimento. É necessário acrescentar um horizonte de esperança e confiança para o país.”

Aumento de pensões em janeiro

O presidente do PSD desafiou o Governo a aumentar as pensões no início do próximo ano, em vez de o fazer em agosto, próximo da realização das eleições autárquicas de 2017. “O Governo que diga quanto é que tem para aumentar as pensões, dentro dos equilíbrios delicados que atingiu. Mas o que quer que tenha para aumentar as pensões abaixo de 628 euros por mês, estamos a falar, portanto, de pensões baixas, que distribua esse dinheiro que tem para o aumento das pensões de uma forma equitativa, para todos, a partir de 01 de janeiro, não é em agosto”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Comentando o anunciado aumento das pensões, o líder do PSD questionou: “Por que é que é em agosto? Daqui até agosto não há dinheiro para pagar? O Estado só vai ter dinheiro para pagar em agosto?”

“Está bem à vista de todos que em agosto estamos na véspera da campanha eleitoral e que o Governo faz contas de cabeça com a sua maioria. Vamos dividir a democracia pelos seus beneficiários. Quantos são os pensionistas, quantos são os servidos do Estado? Podemos-lhes dar mais qualquer coisinha para a eleição? Vamos dar”, disse, lembrando que “foi assim em 2009, não é novo”.

“O Governo em 2009, do PS, procedeu assim. E infelizmente teve consequências muito mais graves que esperemos que não estejam no nosso horizonte agora, mas como forma de exercer o poder, diz tudo sobre





aqueles que tomam estas decisões”, rematou.

O presidente do PSD referiu ainda que “é preciso realmente perder todo o sentido da decência democrática para andar a organizar, a preparar benefícios sociais e aumentos para campanha eleitoral”.

“Podem fazê-lo, mas fica-lhes mal. Disse ontem [sábado] e repito, eu teria vergonha de ter este comportamento democrático”, afirmou.

“Defender a dignidade do Estado”

O presidente do PSD frisou também que quem ocupa lugares públicos deve “defender a dignidade do Estado e o respeito pelos portugueses” e que o seu partido não cede a “populismos”.

“Hoje nós não poderemos como partido ceder aos populismos, ao facilitismo, à demagogia e ao deixa andar, exigimos responsabilidades e dignidade por parte de quem ocupa lugares públicos”, afirmou o líder do PSD.

Para Pedro Passos Coelho, “quem ocupa lugares públicos não tem em jogo apenas a representação do seu partido ou do seu eleitorado. Quem exerce lugares públicos no parlamento ou no Governo, ou em qualquer outro lugar, numa empresa pública, numa empresa municipal, quem exerce lugares públicos tem também na forma como os exerce de defender a dignidade do Estado e o respeito pelos portugueses”.

O líder do PSD falava após referir que o atual Governo, liderado por António Costa, está “capturado” pela dificuldade em fazer reformas “importantes” e que cabe ao PS dizer que “reformas são essas” e que trabalhará para as preparar.

“Foi esse respeito que nós tivemos sempre, levámos sempre o país a sério e pusemos sempre Portugal à frente de tudo, e achamos que não é pedir de mais que todos os outros que desempenham lugares públicos, tenham também a preocupação de defender o mesmo princípio de dignidade”, acrescentou no seu discurso que durou cerca de 43 minutos.

Passos Coelho disse que os políticos deviam distinguir-se “pelo sentido das políticas, de modo que os portugueses pudessem escolher hoje uma política amanhã outra que considerassem mais adequada”, mas que não fossem feitas distinções pela maneira como olham “para

a democracia e para a dignidade dos lugares públicos”.

O presidente do PSD disse ainda que esta reflexão que fez na Guarda não pode “deixar ninguém de fora”: “Nem a opinião pública, nem os comentadores, nem aqueles que exercem funções de Estado”.

“E todos, do Presidente da República ao membro da Assembleia de Freguesia, têm a responsabilidade de ver o que se está a passar e de defender a dignidade do Estado, dos lugares públicos e o respeito pelos portugueses”, concluiu.

Na mesma sessão, Álvaro Amaro, presidente dos ASD e da Câmara Municipal da Guarda, destacou a importância das eleições autárquicas de 2017 e pediu aos militantes e aos dirigentes do PSD que se concentrem “todos” na batalha eleitoral que se avizinha.

“Deixemos o ruído e concentremo-nos todos”, para que o PSD alcance a vitória, apelou o autarca no final da Academia dos ASD, realizada entre quinta-feira e domingo, com 70 participantes de todo o país.

“Já chega de brincar” com a CGD

O líder parlamentar do PSD considera que o primeiro-ministro “ainda não percebeu que já chega de brincar” com a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e que o banco público anda “moribundo há dez meses”. “Qual é a razão para a festa do doutor António Costa? Ainda não percebeu que já chega de brincar com a CGD, dez meses depois de andarmos com notícias em cima de notícias e de não termos uma administração na plenitude da sua função, e na plenitude da sua autoridade para poder ser o guia, o motor do sistema bancário e do sistema financeiro português?”, afirmou Luís Montenegro, durante a sessão de abertura da III Academia do Poder Local, organizada pelo PSD e pelos Autarcas Social-Democratas (ASD), na Guarda, 18 de novembro.

Luís Montenegro insta o Governo a desmentir a existência de um eventual acordo por escrito entre o Governo e o presidente da Caixa sobre as declarações de rendimentos, declarando que “chega de brincar” com o banco público. “Chega de brincar com a CGD. Este





processo está a ganhar uma dimensão de indignidade e é preciso esclarecer os portugueses”, venceu Luís Montenegro.

O líder parlamentar social-democrata questionou ainda se “alguém percebe” que o “banco público anda como anda, moribundo há dez meses, infestado de notícias que uns dias dizem que são precisos dois mil milhões, depois três mil milhões, depois quatro mil milhões, depois cinco mil milhões de recapitalização?”.

Perguntou ainda qual é a justificação para que os seus gestores “não mostrem também, de forma transparente, qual é o seu rendimento, qual é o seu património”.

“Por questões de transparência, qual é a explicação? E porque é que o primeiro-ministro aparece ao país a vangloriar-se e a dar os parabéns ao seu ministro das Finanças porque conseguiu uma coisa estupenda que foi aprovar um plano de recapitalização em Bruxelas, da CGD, e porque é que ele não diz o que é que ele acha de a administração que ele nomeou não entregar no Tribunal Constitucional como todos nós entregamos, a sua declaração de rendimentos e de património?”, desafiou.

Luís Montenegro entende que António Costa “acha que é o Tribunal que decide”. “Como? O Tribunal que decide? (...). Ou ele quando convidou a administração aceitou a condição, porventura colocada por esses futuros administradores de que só iam para a Caixa se não apresentassem esta declaração? É isto que quer dizer este lavar de mãos, este assobiar para o lado do primeiro-ministro?”, venceu.

Luís Montenegro perguntou ainda se António Costa “está contente só porque, felizmente para Portugal, o terceiro trimestre correu um bocadinho melhor do que aquilo que estava perspetivado?”. “É muito pouquinho. Uma expressão que lhe é particularmente cara: é muito pouquinho”, observou.

O presidente da bancada do PSD alertou também que o país está hoje com um “crescimento económico medíocre” e que a economia está “a crescer menos do

que está a crescer na Europa”.

Em sua opinião, “o que era exigido ao doutor António Costa e ao PS era que dissessem que mudaram o rumo normal (...) do exercício da função governativa, que não permitiram que aqueles que ganharam as eleições governassem porque tinham uma alternativa melhor, que produzia mais e melhores resultados”.

A III Academia do Poder Local dos Autarcas Social

Democratas (ASD) decorreu entre 17 e 20 de novembro, na Guarda, e contou com a presença de 70 participantes. Nos trabalhos foram abordados temas como “Autarquias: política e gestão” (por Rui Rio, ex-presidente da Câmara Municipal do Porto), “O novo papel do poder local no desenvolvimento económico – trunfo do território” (Augusto Mateus, antigo ministro) e “Educação, descentralização e desenvolvimento local” (David Justino, presidente do Conselho Nacional de Educação), entre outros.



Governo prepara-se para fazer campanha partidária



O presidente do PSD afirmou sábado à noite que o Governo se prepara para fazer campanha partidária em 2017 e acusou o Executivo de aumentar as pensões apenas em agosto devido às eleições autárquicas. “Eu se fosse primeiro-ministro de um Governo que se comportasse assim, eu tinha vergonha. Eu tinha vergonha de andar a usar o Estado para fazer campanha partidária e é isto que este Governo se prepara para fazer, campanha partidária durante o ano de 2017”, afirmou Pedro Passos Coelho em Vila Real, onde participou num jantar de homenagem a antigos autarcas, 19 de novembro.

Num discurso que durou mais de 40 minutos, o líder social-democrata aproveitou para deixar um “repto claro” ao Governo e à maioria. “Se querem aumentar as pensões e nós achamos bem, que diga que dinheiro é que tem para o fazer e esse dinheiro (...) que o dê a partir de janeiro e que o dê às pessoas todas que precisam”, salientou.

Perante uma sala com mais de 400 militantes e simpatizantes, Passos Coelho declarou que o Governo vai aumentar as pensões a partir do mês de agosto porque é a partir desse mês que “há campanha eleitoral para as autárquicas”. “O que se vai dar até ao fim do ano não é mais nem menos do que eles lá têm para dar, mas se derem só a partir de agosto é evidente que vai parecer mais. É isto uma atitude de respeito pelas pessoas? Querem tomar as pessoas por parvas?”, frisou.

O líder do PSD falou ainda no aumento do subsídio de refeição e acusou o Governo de António Costa de querer ganhar as eleições com uns “aumentozinho dados em agosto”. “Vamos deixá-los fazer a sua campanha, mas têm de nos ouvir, porque a campanha que estão a fazer devia envergonhá-los. Mostra que não têm respeito pelos



lugares que ocupam e não têm respeito pelas pessoas, se as respeitassem tratá-las-iam por igual e como deve ser, sem se apropriarem daquilo que é a presença no Governo para fazer política partidária”, sublinhou.

Passos Coelho referiu ainda que as próximas eleições autárquicas são uma oportunidade de o PSD mostrar que tem uma “nova geração de autarcas para responder a

tempos novos” e lembrou as propostas apresentadas pelo seu partido para o Orçamento do Estado (OE) de 2017, que disse que trazem “uma ambição maior para o próximo mandato autárquico”.

O presidente do PSD defendeu que as autarquias devem desempenhar um “papel mais relevante” a nível da educação, da saúde ou das áreas sociais. “Espero que

esta discussão que pretendemos abrir a partir do OE seja o princípio desse caminho que o Parlamento pode trilhar até às autárquicas. O objetivo é deixar tudo aberto até às eleições”, frisou.

“Despudor, indignidade e total falta de ética”

O líder do PSD qualifica como um “despudor total”, uma “indignidade” para a função do Estado e uma “total falta de ética política” a polémica em torno da Caixa Geral de Depósitos (CGD): “É um despudor total e eu penso que não é só uma indignidade para a função do Estado, eu acho que é também uma total falta de ética política. Se isto não é bater no fundo, o que é bater no fundo? Se isto não é faltar ao respeito às pessoas, o que é?”

O presidente social-democrata referiu-se à CGD e ao eventual acordo do Governo e da administração do banco sobre declarações de rendimentos. “Por quem nos tomam? Tomam-nos por gente muito distraída que não liga ao que se está a dizer, não há vergonha? Diz-se o que se quiser? Isto é o seu contrário? Muda-se a lei para aquele propósito, convida-se aquelas pessoas dentro de uma nova lei e depois diz-se ‘não, não, não temos nada a ver com isto, isto agora é com os tribunais?’”, questionou Passos Coelho.

O líder do PSD ironizou ao dizer que agora o Governo “já nem sabe qual é a lei que está a valer”. “Eu não sei quais são os compromissos que foram realizados ou não, quaisquer que tenham sido esses compromissos pelo menos que as pessoas tenham a hombridade de dizer o que é que combinaram”, destacou.

Pedro Passos Coelho afirmou ainda que “as pessoas merecem” essa explicação: “É isto que a oposição exige quando fiscaliza o Governo e não, não é uma questão de guerra partidária, de estar mais bem-dispostos ou menos bem-dispostos, é uma questão de decência”.

E acrescentou: “Se houvesse decência, este folheto não demorava há tanto tempo; se o Governo quer retomar ainda alguma decência nesta matérias, já não tem muito tempo para a recuperar”.

O PSD instou na sexta-feira o Governo a desmentir a existência de um eventual acordo por escrito entre o Governo e o presidente da Caixa sobre as declarações de rendimentos. O Conselho de Administração da CGD reuniu-se na quinta-feira e era possível que tomasse uma decisão relativamente à entrega das declarações de rendimentos dos seus membros, mas nada foi divulgado publicamente. Em causa, em toda a polémica, está o impasse gerado relativamente à apresentação das declarações de património e de rendimentos ao Tribunal Constitucional por parte da nova equipa de gestão do banco público. Na quinta-feira à noite, no programa “Quadratura do Círculo”, na SIC Notícias, o comentador António Lobo Xavier declarou haver um compromisso por escrito entre o Governo e António Domingues em torno da não apresentação das declarações.



“Um Orçamento a pensar em eleições”

Durante as Jornadas de Consolidação, Crescimento e Coesão em Leiria, dia 21, Marco António Costa afirmou que o Orçamento do Estado para 2017 é “um Orçamento de sonho para qualquer político que esteja a pensar em eleições, mas de pesadelo para qualquer povo que esteja a pensar no futuro.”

O vice-presidente do PSD enumerou vários aspetos a que a sociedade deve estar atenta: só em abril de 2018 sentiremos as alterações no IRS, os precários da administração pública só serão admitidos em outubro 2017, os pensionistas vão ser aumentados no mês antes das autárquicas. “Dir-me-ão que é coincidência. Mas nós já vimos isto em 2009 e 2010 com José Sócrates”.

Marco António Costa referiu que “com a velocidade a que o país vinha, com as condições que deixámos, o que era exigido era estarmos mais além e com mais segurança para todos. Não adiantar querer dar a todos ou alguns para andarmos a penar nos anos seguintes. Esta é uma das nossas preocupações, porque estas são coisas de curto prazo.”

“Temos um Governo que procura transformar não-derrotas em festa. No passado, as boas notícias eram notícias que o PSD registava e dava nota de serem encorajadoras. Este Governo transforma cada boa notícia em festa. Há um novo ambiente no país, parece que mudou. Temos de perceber o que mudou para enfrentar essa mudança. Os que antes organizavam bloqueios e manifestações hoje são os que se transformaram de contestatários em apoiantes do Governo. Há também uma percepção de sucesso. Mas eles apropriam-se do sucesso do trabalho dos outros e a sociedade civil não denuncia. Há uma mudança também de ambiente”, declarou.

António Leitão Amaro fez duas perguntas: “Afinal, isto está melhor ou pior? Este Orçamento leva-nos para bem ou para mal?” A técnica de António Costa é tentar apontar para o que não acontece para não se reparar que o país não está a sair do sítio. As esquerdas haviam prometido mais crescimento, mais emprego e mais investimento, público e privado. Iam virar a página da austeridade e pôr as contas públicas em ordem sem aumentar nenhum imposto: querem ver que não há nenhum dos objetivos de António Costa que esteja a acontecer? O PSD é um partido que vai para o poder para melhorar a vida das pessoas e impulsionar o desenvolvimento do país, não é ficar tudo na mesma. A economia este ano vai crescer metade das previsões do Governo e menos do que cresceu no ano passado. Em 2017, Portugal volta a crescer menos do que em 2015.

Em cada trimestre de 2016, em média, são cerca de 28 mil novos postos de trabalho. Em 2015, a média era



50 mil. “Até no emprego estamos a crescer metade, e isto não é conversa de números. Há 22 mil famílias que não estão a ganhar emprego”. No investimento público e privado, é notória a queda. Em sentido inverso estão os impostos, pois entre novos e aumentados, estes totalizam-se em 12 novos. Até o rendimento real das famílias portuguesas está em metade de 2015. “O PSD sempre soube que mesmo que o Estado possa devolver alguns rendimentos a um pequeno grupo, o que faz aumentar o rendimento não é o Estado, são as empresas. Não é por decreto que se cria riqueza”, afirmou o vice-presidente do grupo parlamentar.

A resposta àquelas perguntas é clara: “Não estão a fazer nada do que prometeram e as coisas estão a correr pior”, disse, pois este é um Orçamento injusto e eleitoralista.

O deputado Feliciano Barreiras Duarte assinalou que, em 2016, os deputados eleitos por Leiria fizeram

várias iniciativas para ir aferindo o que estava a ser a governação do PS no distrito, dando vários exemplos de domínios em que não houve investimento. O balanço de 2016 é assim negativo, e para 2017 nada para vir ao encontro das expectativas positivas. “É importante destacar que António Costa foi claro ao dizer que Leiria terá de esperar mais alguns anos para investimento em infraestruturas que, a nosso ver, são fundamentais para o distrito”, afirmou. Frisou ainda que 2017 não vai ser um ano em que os cidadãos de Leiria possam considerar este governo como amigo de Leiria e dos investidores.

Rui Rocha chamou a atenção para a importância desta iniciativa, que traz proximidade no esclarecimento das pessoas sobre a proposta do Orçamento do Estado para 2017, desmascarando a ideia de que este é um orçamento positivo. O presidente da Distrital de Leiria destacou a preocupação com a falta de investimento público no distrito, nomeadamente em matéria de infraestruturas.

Paulo Rangel reeleito vice-presidente do Grupo PPE

O eurodeputado do PSD Paulo Rangel passa a ser o único membro da direção (vice-presidente) do maior grupo político do Parlamento Europeu, que é simultaneamente vice-presidente do Partido Popular Europeu (PPE). Trata-se da quarta eleição que o deputado português do PPE vence no Parlamento Europeu. A primeira foi em 2009, no início do primeiro mandato do deputado. Paulo Rangel assume novamente os pelouros da presidência do European Ideas Network, a rede de “think tanks” do Grupo PPE e uma das maiores do mundo, e a coordenação do Grupo de Trabalho sobre o Futuro da Europa.

Os 10 vice-presidentes eleitos são: Paulo Rangel (Portugal); Esteban González Pons (Espanha); Tadeusz Zwiefka (Polónia); Françoise Grossetête (França); Lara Comi (Itália); Marian Jean Marinescu (Roménia); Mariya Gabriel (Bulgária); Esther de Lange (Holanda); Sandra Kalniete (Letónia); József Szájer (Hungria).

O presidente do Grupo PPE continuará a ser o alemão da CSU, Manfred Weber, que foi reeleito quarta-feira, 16 de novembro.

Paulo Rangel considera que “esta reeleição representa a confiança depositada pelos colegas deputados no trabalho que tem vindo a desenvolver.” “Para Portugal é muito relevante ter um vice-presidente do grupo parlamentar, que é simultaneamente vice-presidente do partido PPE. Este facto é ainda mais importante nas atuais circunstâncias: pelo facto de em Portugal existir um Governo socialista apoiado por partidos da esquerda anti-democrática e anti-europeia. É crucial que nos centros de decisão da União Europeia, Portugal e os seus partidos democráticos e europeístas mantenham lugares de relevo e influenciem as políticas da União no sentido de reforçar a solidariedade entre os Estados membros”, assinalou o eurodeputado.



Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

José Matos Rosa em Sabrosa

O secretário-geral do PSD esteve na inauguração da sede da JSD e do PSD de Sabrosa, sábado, 19 de novembro 2016.



Jornadas de Consolidação, Crescimento e Coesão em Setúbal

“Um Orçamento de ilusão e de propaganda”



O Orçamento para 2017 sobrecarrega os cidadãos com impostos, introduz injustiça social em vez de a reduzir e traz ilusão social e propaganda, com a qual tenta distrair as pessoas do que é essencial. A vice-presidente do PSD Teresa Morais, que participava nas Jornadas de Consolidação, Crescimento e Coesão, em Setúbal, 16 de novembro, começou por criticar as opções tomadas pelo Governo em relação às pensões, afirmando que “para quem finge e ilude tão bem, parece um erro grosseiro não perceberem o erro que é não aumentarem as pensões sociais, mínimas e rurais e, ao mesmo tempo, retirarem a contribuição de solidariedade às pensões milionárias.” “É extraordinário como um Governo que nos acusou de insensibilidade social venha com esta política para as pensões. Nós continuaremos a debater esta questão e apresentaremos propostas nesse sentido. Este Governo não está interessado em governar e vai tapando os buracos que se vão abrindo com concessões e cedências aos partidos que o apoiam”.

Comentando os indicadores atuais, a vice-presidente social-democrata centrou-se nos valores da dívida pública, que em setembro atingiu os 244 mil milhões de euros e subiu, neste ano 5,6%, ou seja, 12 mil milhões de euros a mais. “Isto inverte uma trajetória que estávamos a começar conseguir fazer. O caminho começado por nós foi invertido e a dívida começou a subir. Os juros têm também subido a 5 e 10 anos. Nós temos taxas que são o dobro do que paga a Espanha. Porque é que os nossos juros disparam? Porque o país não inspira confiança, e por isso pagamos caro o financiamento da nossa dívida”, clarificou.

Sobre outro indicador igualmente importante, o investimento, Teresa Morais esclareceu que “o investimento global diminuiu nos últimos tempos e o Governo



mente quando fala disto. Baixou em todas as suas vertentes. Em 2015 era 4,5%. Em 2016, no primeiro semestre, era -2,7%. No investimento público, em 2015 foi 18,5%. E agora qual é? -26,6%. Aquela que era a grande alavanca da economia não existe, está desaparecida.”

Referindo-se aos dados conhecidos recentemente, a vice-presidente do PSD afirmou que estes mostram um fôlego melhor do que era esperado. “Mas do que se sabe até agora não se sabem os detalhes que justificam isto. Pelo que se sabe estará sustentado nas exportações e no turismo, e isto não é pela estratégia pelo governo adotado. Não tem a ver com as opções políticas que tomou à espera do resultado. Embora seja positivo, soma-se a um semestre que foi débil do ponto de vista do crescimento económico”, disse.

“Vamos crescer em 2016 menos do que crescemos em 2015, quando estávamos a sair de um período muito difícil. Porque é que se contentam com tão pouquinho? Se o crescimento económico continuar a basear-se apenas nas exportações e no turismo, corremos o risco que a dada altura ele estanque. As exportações são um bom indicador, mas o crescimento não se pode basear todo nisso. Portugal precisa de crescer com mais investimento e mais criação de riqueza. Sem estabilidade não há confiança. Temos um Ministro das Finanças que tem o descaramento de dizer que este é um orçamento da estabilidade fiscal. Digam lá se não dá vontade de rir? E diz isto enquanto apresenta um orçamento cheio de novos impostos. É a falta de credibilidade e sensatez que não pode inspirar confiança”, acusou Teresa Morais.

A vice-presidente do PSD reiterou que “não é por este caminho que o país alcança uma política e rumo de desenvolvimento. Estamos a perder anos com esta política que leva o país para trás. Estão a fingir que está tudo bem. Mas temos uma ilusão do Orçamento e uma ilusão da governação. Esperamos que o PS mostre inteligência e prove que aprendeu com os erros que fez no passado.”

Teresa Morais concluiu reforçando que o PSD apresentará propostas de alteração ao Orçamento, mas que assentem numa visão a médio e longo prazo: “chumbem-nas se tiverem a coragem. Mas não podem dizer que não mostrámos o caminho alternativo. Com outras políticas e outras medidas, nós conseguíamos outro caminho para o país.”

Hugo Soares foi claro ao afirmar que “este Orçamento do Estado espelha bem as opções políticas do governo, e este não é um governo preocupado em governar, é um governo preocupado em ‘geringonçar’, é um governo de negócios, pois as opções políticas que apresenta resultam de um negócio que faz com o PCP, o BE, o PEV e um ou dois sindicatos. Não há uma estratégia de futuro, para que as novas gerações possam ter esperança num futuro em Portugal.”

“Terminámos 2015 com o país a crescer 1,6%. O Governo que disse que ia crescer acima de 2,5% lançou



hoje foguetes porque podemos crescer em 2016, provavelmente, 1% ou 1,2%. É extraordinário. E só prova que as opções políticas deste governo e dos seus apoiantes falharam”, criticou o Vice-Presidente do Grupo Parlamentar. Assistimos também a um enorme aumento de impostos, com um Governo que dispara para todo o lado, quando diziam eles que no passado Portugal tinha uma grande carga fiscal.

Hugo Soares continuou dizendo que “o PSD só pode estar contra este Orçamento do Estado.” “Nós quando saímos do Governo já éramos da recuperação, não da austeridade. Já não havia cortes nas pensões. Ou melhor, havia, mas nas pensões acima dos 4600 euros. Mas este Governo socialista entende que se deve acabar com o corte nestas pensões, mas não deve aumentar as pensões mínimas, sociais e rurais. Nós já estávamos a repor os salários na função pública, e já estávamos a baixar impostos. Com o PSD, hoje o país estaria a crescer mais. O que é que o Governo das esquerdas quer para o país,

para onde nos leva? Ninguém sabe responder, porque eles só querem sobreviver”, sublinhou.

Pedro do Ó Ramos, deputado eleito pelo distrito de Setúbal, centrou a sua mensagem na ausência de estratégia para o desenvolvimento e crescimento nas áreas sectoriais que vão sendo abordadas na discussão do Orçamento. “Temos um governo que vai crescer menos do que o previsto e menos do que nós crescemos quando éramos governo”, disse.

O deputado destacou ainda que há temas importantes para Setúbal que não são trazidos à discussão por nenhum partido senão pelo PSD, como a importância dos portos da região. “António Costa esqueceu-se que tinha de negociar com a PSA para fazer alterações, por exemplo, ao Porto de Sines, o que é preocupante. Passou um ano e não houve uma única negociação”. Também na educação, Pedro do Ó assinalou o silêncio demonstrado ontem pelo Ministro da Educação em relação a escolas que precisam de resposta já.

Sobre a Agricultura, área em que trabalha diariamente, o deputado referiu que o ministro Capoulas Santos, em 9 meses, apenas executou 3% do Programa de Desenvolvimento Rural. Também as candidaturas às medidas de investimento estão fechadas desde o início do ano. “O pouco investimento que está a ser feito na agricultura ainda é consequência da ação do nosso governo”, assinalou. A propósito do Mar, cujo Dia Nacional se comemorou quarta-feira, assinalou que o regulamento para o Fundo Azul, que já devia ter sido aprovado e publicado, ainda nem sequer está feito, o que impede que sejam possíveis candidaturas: a grande bandeira deste governo na área do mar é um fundo que nem tem um regulamento.

Bruno Vitorino, presidente da Distrital do PSD de Setúbal, destacou o trabalho que os deputados eleitos pelo distrito têm feito na discussão do Orçamento na especialidade, defendendo os interesses da região e dos setubalenses, afirmando que cabe a todos denunciar os problemas sentidos todos os dias.



Atraso “preocupante” na definição das prioridades nos equipamentos sociais em Aveiro

O PSD/Aveiro considera “preocupante” o atraso no mapeamento dos equipamentos sociais do distrito, para o acesso aos fundos comunitários, indica um comunicado da estrutura distrital do PSD.

A deputada social-democrata Susana Lamas, eleita pelo círculo de Aveiro, revelou que “em reunião com autarcas do distrito, estes transmitiram a sua frustração face ao atraso do mapeamento dos equipamentos sociais”.

Em questão está a definição dos equipamentos sociais prioritários em cada região (mapeamento), sem a qual não pode avançar o processo de candidaturas aos fundos comunitários.

Na discussão na especialidade do Orçamento, aquela deputada considerou o atraso preocupante, tanto mais que “o quadro comunitário Portugal 2020 apresenta-se como um desafio, uma oportunidade para o setor social e solidário”, conforme reporta o PSD/Aveiro em nota de imprensa.

“Com um desfasamento temporal entre a Educação, a Saúde e a Segurança Social, o que está a acontecer com a Segurança Social? As câmaras e as instituições aguardam esse mapeamento”, comentou Susana Lamas na audição ao ministro do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, ainda de acordo com o comunicado partidário.

De acordo com o PSD, as instituições do setor social e solidário precisam de resposta, nomeadamente de saber quando vai ser feito o mapeamento e qual a metodologia que vai ser adotada.

Ainda na área social, a deputada do PSD, Helga Correia, pediu esclarecimentos ao governo sobre a descentralização para os municípios que pretende fazer na ação social. “É importante ver esclarecido o novo modelo de acordos para o setor social. O senhor ministro anunciou que em 2017 vão ser através de concurso, pelo que importa esclarecer em que termos esses concursos vão ser lançados, designadamente quais os critérios, se vão aplicar-se, apenas, aos novos acordos ou também aos que já estão em vigor, qual o valor orçamentado para os novos acordos, questionou Helga Correia, na audição ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.



PSD de Castelo Branco questiona pagamentos às escolas do distrito



Vinte e quatro deputados do PSD questionaram o Governo sobre eventuais atrasos nos pagamentos às escolas com cursos profissionais do distrito de Castelo Branco e querem saber se já foram tomadas medidas para acabar com a situação.

No documento, os deputados do PSD, incluindo os dois eleitos pelo círculo de Castelo Branco, Álvaro Batista e Manuel Frexes, perguntam ao ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, se já tomou algumas medidas no sentido de acabar definitivamente com os atrasos nos pagamentos às escolas com cursos profissionais do distrito de Castelo Branco.

“Estas demoras nos pagamentos das verbas devidas às escolas não pode deixar de preocupar toda a comunidade educativa, podendo em situações limite originar o não cumprimento atempado das responsabilidades financeiras que vão sendo obrigadas a contrair para assegurar o seu funcionamento e a manutenção das atividades letivas”, sustentam.

Os sociais-democratas adiantam que, segundo conseguiram apurar, “pelo menos a esmagadora maioria das escolas” do distrito de Castelo Branco cumpriu os prazos de candidaturas e os demais formalismos estabelecidos pelo Ministério da Educação, na vertente financeira e pedagógica.

Em causa, estão agrupamentos de escolas e estabelecimentos de ensino que garantem a oferta pública de ensino profissionalizante nos concelhos de Castelo Branco, Covilhã, Idanha-a-Nova, Fundão e Sertã.

Os deputados querem ainda saber se esta situação de atrasos nos pagamentos relativos aos cursos profissionais acontece apenas no distrito de Castelo Branco ou se atinge todo o território nacional.

“Em caso negativo, porque é que o distrito de Castelo Branco está a ser penalizado quando comparado com os restantes”, questionam.

Por último, perguntam ainda se está prevista alguma compensação para as escolas e agrupamentos afetados devido aos atrasos nos pagamentos das verbas relativas aos cursos profissionais.

45 propostas de alteração ao Orçamento do Estado

O PSD vai apresentar um total de 45 propostas de alteração ao Orçamento do Estado (OE) para 2017, dando prioridade a áreas como o investimento e a Segurança Social.

Em conferência de imprensa no parlamento, dia 18, Luís Montenegro, anunciou que as propostas de alteração do PSD versam sobre áreas estruturantes, “que são ignoradas ou que pelo menos têm um tratamento deficiente na proposta do Governo” de Orçamento.

Entre as “propostas estruturantes para o investimento” inclui-se, por exemplo, o retomar da reforma do IRC e várias medidas de promoção da “reafetação de capital para projetos produtivos”.

Também o “investir bem” dos fundos comunitários do programa Portugal 2020 é uma preocupação para o PSD, que pretende “transparência” sobre a matéria com várias propostas de alteração nesta área.

No que diz respeito à Segurança Social, o PSD apresenta medidas “de transparência orçamental e estatística” do sistema.

“Qual é o objetivo de o aumento extraordinário de 10 euros [nas pensões] ser feito em agosto? Deve ser a 1 de janeiro”, disse o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, durante uma conferência de imprensa em que o PSD apresentou 45 propostas de alteração ao Orçamento do Estado para o próximo ano.

No pacote de medidas apresentadas, os social-democratas incluem uma proposta para a “aplicação do aumento extraordinário desde 1 de janeiro de 2017”, defendendo que a atual proposta do ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, é “injusta e eleitoralista”.

Durante a conferência de imprensa, Luís Montenegro divulgou que o PSD conta com a disponibilidade financeira do Executivo para “distribuir o aumento ao longo de 12 meses” e para “todos os pensionistas”.

“O Governo tem adstrito um valor para pagar a aplicação de uma atualização extra de 10 euros a todas as pensões abaixo dos 628 euros, exceto as pensões mínimas. O que dizemos é que toda a verba destinada a este aumento deve ser distribuída de forma equitativa por todos os pensionistas”, acrescentou Luís Montenegro.

O PSD defende assim, o aumento das pensões mínimas com a “aplicação do aumento extraordinário desde 1 de janeiro de 2017”.

Comissão para reformar a Segurança Social

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Adão Silva anunciou um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2017 (OE2017) para a Segurança Social, designadamente uma comissão de peritos para estudar o sistema. O lote de 12 peritos defendido pelos social-democratas, a serem designados pelo parlamento, pelo Conselho Económico Social e pelo Conselho de Finanças Públicas (quatro elementos cada), deverá em 180 dias produzir um relatório “retrospetivo e prospetivo” que sirva de base ao posterior debate e apresentação de propostas dos diversos partidos com vista à elaboração de uma nova Lei de Bases da Segurança Social “para os novos tempos e capaz de enfrentar os problemas”.

“Vamos apresentar propostas estruturais no âmbito da Segurança Social assentes em três pilares: transparência, sustentabilidade e governação participada. Tem



de haver tranquilidade para os atuais beneficiários e confiança para os contribuintes que também querem ser pensionistas daqui para amanhã. É necessária uma reforma estrutural do sistema, com rutura à vista, devido à situação económica, demográfica e de emprego em que nos encontramos”, revelou o deputado do PSD.

Outra iniciativa destacada pelo parlamentar social-democrata foi a criação de um conselho de administração com membros não executivos, igualmente provenientes do Conselho Económico Social ou outras entidades relacionadas com os parceiros sociais que possa acompanhar

a ação dos três institutos do setor: Instituto da Segurança Social (pagamentos), Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (arrecada contribuições e converte em prestações sociais) e Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (gere os fundos de cerca de 14,5 mil milhões de euros).

“Há três institutos com conselhos diretivos de cinco elementos. Os portugueses têm de saber o que se passa”, defendeu, referindo a produção futura de relatórios trimestrais ao parlamento para “escrutinar rigorosamente o que se vai passando na Segurança Social”.

Consagração de parte do IVA para as autarquias



O PSD vai propor que parte da receita do IVA reverta para as autarquias de modo a financiar novas competências dos municípios e/ou das entidades intermunicipais. Os sociais-democratas vão apresentar no parlamento um “pacote de medidas de descentralização” no âmbito do debate da proposta de Orçamento do Estado para 2017 que prevê a afetação aos municípios de parte da receita do IVA (imposto sobre o valor acrescentado).

Segundo a fonte do grupo parlamentar citada pelo Diário de Notícias e pela rádio TSF, o objetivo é fazer com o IVA aquilo que já acontece em sede de IRS, ou seja, permitir que as autarquias tenham uma palavra a dizer sobre a cobrança do imposto.

No caso de os municípios aceitarem encaixar a receita, poderão ter limitações quanto à aplicação de outras taxas, como a taxa turística, por exemplo.

“A proposta está a ser tecnicamente trabalhada”, referiu a fonte parlamentar social-democrata ao DN, designadamente quanto ao grau de participação das autarquias nas receitas do IVA (imposto indireto sobre o consumo de bens e serviços que tem taxas de 06%, 13% e 23%).

A intenção do PSD é reforçar o financiamento dos municípios que têm uma atividade económica muito forte em determinadas alturas do ano, como a época balnear, precisando por isso de infraestruturas para acolher as pessoas.

No pacote de propostas, o PSD vai recuperar uma medida já concretizada pelo anterior executivo de delegação de competências na área da Educação e alargá-la aos setores da Saúde e da Cultura.

“Queremos que os municípios tenham poderes na definição da oferta de saúde no seu território, por exemplo, a nível da prevenção ou do alargamento dos horários dos centros de saúde”, explicitou a fonte citada pelo DN, precisando que a proposta se aplica aos cuidados de saúde primários e exclui os hospitais.

Trata-se, segundo a mesma fonte, de “um processo de descentralização baseado num método contratual que deve ser alargado a todo o território”, indicou.

O PSD assegura que as propostas terão impacto orçamental nulo e não foram debatidas com o PS.

PSD quer corrigir “eleitoralismo” do Governo

O PSD acusa Governo de praticar um “descarado eleitoralismo” no Orçamento do Estado (OE) para 2017 no que às pensões diz respeito, pedindo os sociais-democratas o aumento extraordinário das pensões abaixo de 628 euros já em janeiro.

“A proposta que o Governo apresentou ao parlamento contempla uma flagrante injustiça e um descarado eleitoralismo”, avisou Luís Montenegro, líder parlamentar dos sociais-democratas, em conferência de imprensa onde apresentou as propostas de alteração do partido ao OE, dia 18 de novembro.

Ao “deixar de fora da atualização extraordinária” as pensões mais baixas, o Governo comete uma injustiça, mesmo que, de acordo com algumas notícias dos últimos dias, pareça haver um “caminhar” do executivo e dos partidos à esquerda “no sentido de reconhecer essa injustiça”.

“O aumento extraordinário das pensões deve ser igual para todos os pensionistas que têm pensões inferiores a 628 euros, e é isso que propomos”, vinca Montenegro, que critica também o Governo por pretender implementar este aumento extraordinário apenas em agosto.

“Qual a razão para que aumento se opere em agosto de 2017, a 30, 40 ou 50 dias da realização das eleições autárquicas? Se o Governo tem disponibilidade financeira para promover o aumento extraordinário destas pensões, deve fazê-lo a partir do dia 01 de janeiro”, advogou.

A proposta do PSD de alteração ao Orçamento nesta matéria passa portanto, precisou Montenegro, por “olhar para a disponibilidade financeira” neste campo “e distribuí-la ao longo de 12 meses e de forma equitativa por todos os pensionistas com pensões inferiores a 628 euros.

PSD/Açores questiona Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira

O deputado do PSD/Açores, César Toste, questionou “a validade” do Plano de Revitalização da Ilha Terceira (PREIT), lembrando que, “no Orçamento de Estado para 2017, existe apenas uma frase de compromisso de execução do PREIT, sem quantificar valores”.

O parlamentar social-democrata considera que é importante “saber em que ponto ficaram as responsabilidades da República em todo este processo. Até porque as fragilidades económicas da ilha Terceira e da Região necessitam de muito mais”, disse.

“Para tal, é importante que avance a concretização efetiva de um eixo Porto da Praia da Vitória/Aeroporto das Lajes”, pois são “unânicos as opiniões de que relançar a ilha Terceira passa pela aposta naquelas duas estruturas”.

O deputado alerta também para a necessidade de acompanhamento “das medidas a serem executadas pelo Governo dos Estados Unidos da América”, centrando os discursos em mensagens claras “para que o valor estratégico da Base das Lajes seja reconhecido só pelos EUA”.

E citou o ministro dos Negócios Estrangeiros para lembrar que “os interesses estratégico, geoestratégico e geopolítico da Base das Lajes devem garantir que os Açores continuem a ser o centro da ligação transatlântica, em que Portugal se revê, quer do ponto de vista estratégico, quer do ponto de vista da segurança”, recordou.



César Toste frisou a necessidade “de os Açores definirem muito bem as suas posições na revisão do Acordo da Base das Lajes”, sendo essencial “ter atenção especial para com a situação laboral dos trabalhadores, concretamente na admissão de novos colaboradores”.

O deputado social-democrata referiu que o PSD/Açores irá apoiar as melhores respostas e reunir consensos, dentro do que defende para a Base das Lajes. “De forma construtiva, vamos igualmente chamar a atenção para compromissos que constantemente não passam do papel”, concluiu.

Investimento na investigação de novos produtos lácteos



O PSD/Açores defendeu o investimento público na investigação de novos produtos lácteos e na procura de novos mercados, como forma de contribuir para a melhoria do rendimento dos produtores de leite.

“O investimento em investigação, marketing e comunicação e o apoio à logística de internacionalização tem de acontecer à dimensão dos objetivos a atingir”, afirmou o deputado social-democrata António Almeida, na Assembleia Legislativa dos Açores, durante o debate do programa de governo.

O parlamentar do PSD/Açores salientou que, com uma redução do preço médio do leite à produção em 10 cêntimos por litro, “perdem-se anualmente 50 milhões de euros na receita das explorações açorianas”, considerando, por isso, que “é preciso repensar o que produzir, para quem e onde vender com maior valor comercial”.

“Estudos rigorosos sobre o novo perfil dos consumidores em mercados de elevado rendimento médio das famílias não podem ser descurados”, frisou.

António Almeida alertou para as restrições à competitividade das indústrias de laticínios da Região nos mercados em que tradicionalmente operam, ao mesmo tempo que não dispõem dos devidos apoios para a procura de novos mercados.

“A indústria moderna e com capacidade instalada sofre constrangimentos na competitividade junto dos mercados tradicionais e não tem disponíveis instrumentos capazes para apoio à conquista de novos mercados com novos produtos, ou para minimizar verdadeiramente stocks de emergência”, disse.

De acordo com António Almeida, “investigadores, técnicos, organizações de produtores, industriais e operadores no mercado não estão imbuídos de uma estratégia conjunta, porque esta não existe”.

Para o deputado social-democrata, são necessárias políticas de incentivo económico à procura de “oportunidades de negócio noutras redes de distribuição de proximidade, de espaços comerciais especializados, no mercado internacional, e em mercados de sensibilidade cultural com os Açores”.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO

DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA

N.º 1039

4 DE OUTUBRO 1995 • PREÇO 100\$00

Fernando Nogueira

PSD é uma força decisiva para Portugal



Edição n.º 1039 do “Povo Livre”, de 4 de outubro de 1995. Manchete: “Fernando Nogueira: PSD é uma força decisiva para Portugal”. Carlos Encarnação era o diretor do “Povo Livre”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Amadora, para reunir, no próximo dia 30 de Novembro de 2016 (quarta-Feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. 11 de Setembro, 16, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Processo eleitoral autárquico
- 2 - Análise da situação política:

ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alvaiázere, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 09 de Dezembro de 2016 (sexta-Feira), pelas 20h30, na sede, sita na Estrada Nossa Senhora dos Covões, nº 1, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Discussão e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2017
- 2 - Autárquicas 2017
 - 2.1 - Informações
 - 2.2 - Parecer relativo à candidatura à Presidência da Câmara Municipal
- 3 - Análise da situação política
- 4 - Outros assuntos

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Braga, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 02 de Dezembro de 2016 (sexta-Feira), pelas 21h30, no Hotel Mercure, - Braga, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Analisar a situação política local
- 3 - Analisar a situação política nacional.

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção do Cartaxo, para reunir no próximo dia 06 de Dezembro de 2016 (terça-feira) pelas 21h30, na sede sita na Rua Serpa Pinto, Lt. 3 - 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Processo "Autárquicas 2017"

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Figueira da Foz, para reunir no próximo dia 02 de Dezembro de 2016 (sexta-feira) pelas 21h30, na sede sita na Rua da Liberdade, nº 6, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

GRÂNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir, no próximo dia 30 de Novembro de 2016 (quarta-Feira),

pelas 21h00, na Rua Marechal Gomes da Costa, 33, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Analisar a situação política actual
- 2 - Autárquicas 2017
- 3 - Outros assuntos de eventual interesse

MADALENA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Madalena - Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 30 de Dezembro de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00 na Junta de Freguesia da Madalena, sita na Rua António Francisco de Sousa, 491 - Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Canidelo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política da Secção de Vila Nova de Gaia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- A sede estará aberta no último dia das 21h00 às 24h00
- As urnas estão abertas das 19h00.às 23h00

ODEMIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, bem como o disposto no artº 3º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia da Secção de Odemira, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 28 de Dezembro de 2016, (quarta-feira) pelas 18h00, na Av. General Teófilo da Trindade, nº 8, com a seguinte

Ordem de trabalho:

- 1 - Eleição dos órgãos da Secção de Odemira

Notas

- Ao abrigo do disposto do nº 4 do artº. 3º do Regulamento Eleitoral, as listas candidatas devem ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Av. General Teófilo da Trindade, nº 8 - 7630-124 Odemira
- Ao abrigo do disposto no nº 5 do art.º7 do Regulamento Eleitoral, apenas terão capacidade eleitoral passiva ou activa os militantes com mais de 6 meses de militância e cujas quotas estejam em dia no 10º dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 18h00 às 21h00

OURIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ourique, para reunir no próximo dia 27 de Dezembro de 2016, (terça-feira) pelas 16h00, na sede, sita na Rua Dr. António Nobre Semedo, 14, com a seguinte

Ordem de trabalho:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- As urnas estão abertas das 16h00 às 19h30.

PORTO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 05 de Dezembro de 2016 (segunda-feira) pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Paranhos, sito na Rua Álvaro Castelões, 811- Porto, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação do Orçamento para o ano de 2017
- 2 - Homenagem ao fundador do PSD, Francisco Sá Carneiro pelo 36º aniversário do seu desaparecimento - intervenção do Engº. Ângelo Correia.

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 02 de Dezembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Gago Coutinho n.º 12 R/C, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações da Comissão Política de Secção sobre a sua actividade
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Análise e discussão do processo Autárquico 2017
- 4 - Outros assuntos de interesse para a estrutura local do PSD

VALENÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Valença, para reunir no próximo dia 02 de Dezembro de 2016 (sexta-feira) pelas 21h30, na sede da Junta de Freguesia de Arão, sita na Rua da Igreja, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política local e nacional
- 2 - Outros assuntos

**VENDAS NOVAS
ALTERAÇÃO DE HORA**

O HORÁRIO DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO PASSOU PARA AS 20h00

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viseu para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Novembro de 2016, pelas 21h00, no Solar dos Peixotos, sito na Rua Cimo de Vila, - Viseu, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Estratégia Autárquica e perfil dos candidatos
- 4 - Outros Assuntos



AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Amares, para o Plenário a realizar no próximo dia 27 de Dezembro de 2016 (terça-feira), pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD Amares, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.º 36, em Ferreiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão política de Concelhia da JSD Amares.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia da JSD Amares ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede da Concelhia do PSD Amares, na morada supra citada. As urnas estarão abertas das 21h00m às 23 horas.

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Concelhia de Cabeceiras de Basto, para reunir, em plenário eleitoral, a realizar no próximo dia 30 de Dezembro de 2016 (sexta-feira), pelas 18 horas, na Sede Concelhia de Cabeceiras de Basto, sita no Quinchoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão política de Conce-

lhia da JSD Cabeceiras de Basto.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Concelhia da JSD Amares ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede da Concelhia do PSD Cabeceiras de Basto, na morada supra citada. As urnas estarão abertas das 18h00m às 21 horas.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Tomar, para reunir em sessão ordinária no dia 2 de dezembro de 2016 pelas 21h, na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações e análise da situação política.

Magusto PSD – Condeixa

O PSD Condeixa convida todos os militantes e simpatizantes a participar no Magusto do Partido.

Este realizar-se-á no dia 27 de Novembro pelas 16 horas no Sítio da União Recreativa de Vila Seca.

Venha comer umas castanhas connosco!



Contactos:

Email – psdcondeixamail.com

Tim – 910 373 585

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Decisão n.º 5/2016

I – Objeto e Legitimidade

O presente processo tem por objeto um pedido de impugnação do ato eleitoral, tendo o impugnante legitimidade para o efeito.

II – Produção de Prova

O CJN apenas utilizou para a tomada da sua decisão a prova documental reunida na fase de instrução. A audição de testemunhas e relato oral dos factos revela-se desnecessária em face da prova produzida, nos termos do artigo 39.º do Regulamento Jurisdicional da JSD.

Nestes termos foram dados como provados os seguintes factos:

- a. No dia 10 de Outubro decorreu o plenário da Concelhia da JSD do Porto
- b. Durante o decorrer do plenário, a Sra. Presidente da comissão política apresentou a sua demissão do Cargo.
- c. Foi marcado pelo presidente da mesa do plenário eleições para o dia 25 de Novembro, pelas 18 Horas. Não foi dado como provado o seguinte facto:
 - a. A demissão solidária do presidente da mesa do plenário.

III – Do Direito

Face ao exposto pelo requerente, que pretende ver impugnado o ato eleitoral, marcado em povo Livre para o dia 25 de Novembro de 2016, foi alegado em sede própria, o facto da demissão do presidente da mesa do plenário de forma solidária com a demissão da Sra. Presidente da comissão política da Concelhia da JSD da secção do porto, juntamente com o facto da marcação do plenário eleitoral no dia 25 de Novembro com início pelas 18 Horas.

Postos estes factos, não é possível através das provas obtidas na fase de instrução, comprovar a demissão do presidente da mesa do plenário, no entanto, ficou provada a demissão da Presidente da Concelhia.

Existe legitimidade por parte do requerente em pedir a impugnação do ato eleitoral, tal legitimidade encontra fundamento legal no artigo 33º do Regulamento jurisdicional da JSD,

“Artigo 33º (Legitimidade para impugnação de atos eleitorais) Têm legitimidade para impugnar qualquer ato eleitoral os respetivos candidatos, conjunta ou individualmente, bem como qualquer militante com capacidade eleitoral no ato eleitoral em questão.”

Com base nos artigos 93º dos Estatutos nacionais da JSD,

“ARTIGO 93º (Convocação de Reuniões) 1. As reuniões de tipo assembleia serão obrigatoriamente convocadas mediante publicação de convocatória no “Povo Livre”, com a antecedência mínima de oito dias. 2. As convocatórias dos plenários eleitorais e dos previstos ao abrigo do artigo anterior serão obrigatoriamente publicadas com 30 dias de antecedência.”

E 9º do regulamento eleitoral da JSD,

“Artigo 9.º (Convocação das Assembleias Eleitorais) 1. Os órgãos de tipo assembleia de âmbito distrital e local de cuja ordem de trabalhos conste qualquer ato eleitoral para órgãos da JSD são convocados, obrigatoriamente, por anúncio publicado no “Povo Livre”, com antecedência mínima de 30 dias e máxima de 45 dias sobre a data da respetiva Assembleia Eleitoral e por afixação em local bem visível na sede.”

É possível e obvio em termos estatutários, face ao pedido de impugnação, que o pedido seja deferido, pois a falta de prazo consiste na preterição de uma formalidade essencial, sendo notório o desrespeito existente pelo prazo dos 30 dias legalmente exigidos.

O facto de existirem outros casos em que o prazo não foi cumprido não torna a convocatória legal à luz das regras aplicáveis, para mais quando o cumprimento cabal do prazo de convocatória está na total dependência e disponibilidade da entidade competente para o efeito.

IV – Decisão

Pelo anteriormente exposto a secção de 1.ª instância da JSD declara o ato eleitoral impugnado, não tendo a convocatória qualquer efeito. Neste sentido, o ato eleitoral carece de ser novamente convocado, com total respeito pelas formalidades essenciais.

**O Relator
(Bruno Menezes)**